



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Serviço de Protocolo Geral

Processo: 4768/2012 Projeto de Lei : 188/2012

Data e Hora: 14/8/2012 18:27:35 AUT. 9770/13

Procedência: Neuzinha de Oliveira OF. 1124/13

Assigura a pessoa com deficiência Visual o direito de receber o
carnê de IPTU confeccionado em braille.

Lei 8.595

182

Rejeitado
VETO TOTAL L



Projeto de Lei nº /2012

"Assegura à pessoa com deficiência visual o direito de receber o carnê de IPTU confeccionado em braile."


Art. 1º. Fica assegurado à pessoa com deficiência visual o direito de receber, sem custo adicional, o carnê de IPTU confeccionado em braile.

Art. 2º. Para recebimento do carnê de IPTU confeccionado em braile, a pessoa com deficiência visual deverá solicitar junto a Prefeitura Municipal, apresentando cópia da carteira de identidade e Cadastro de Pessoa Física (CPF).

Art. 4º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria, suplementadas se necessário.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Vitória/ES, 14 de Agosto de 2012.


Neuza de Oliveira
Vereadora
PSDB

JUSTIFICATIVA

Embora consideráveis os avanços e conquistas alcançados pela pessoa com deficiência, muitos obstáculos ainda se impõe para o acesso de fato e melhores condições de vida para estes cidadãos.

Ao receber o carnê em suas residências a pessoa com deficiência visual tem que pedir a outra pessoa para fazer a leitura, esta tarefa torna a pessoa com deficiência dependente, o que é um atraso nos direitos destes cidadãos. Com a impressão das principais informações em baile, o próprio cidadão terá condição de conferir as informações.

Solicito aos colegas vereadores que apoiem o presente Projeto.

Vitória/ES, 14 de Agosto de 2012

Neuza de Oliveira
Neuza de Oliveira
Vereadora
PSDB



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CAS 174
Processo nº 4768 03
Data 12/08/12

Feito por

Conferido por

INCLUÍDO NO EXPEDIENTE

Em 16 / 08 / 12

DIRETOR

Lauro Cypreste
Diretor do Departamento
Legislativo
Câmara Municipal de Vitória

INCLUI-SE EM PAUTA P/
DISCUSSÃO ESPECIAL

Em 16 / 08 / 12

PRESIDENTE DA CÂMARA

PAUTADO EM 1.ª DISCUSSÃO

Em 21 / 08 / 2012

PRESIDENTE DA CÂMARA

PAUTADO EM 2.ª DISCUSSÃO

Em 22 / 08 / 2012

PRESIDENTE DA CÂMARA

PAUTADO EM 3.ª DISCUSSÃO

Em 23 / 08 / 2012

PRESIDENTE DA CÂMARA

AO S.A.C (SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES)
PARA ENCAMINHAR O PRESENTE PROCESSO
ÀS COMISSÕES ABAIXO

- 1) _____
- 2) _____
- 3) _____
- 4) _____

EM 21 / 08 / 2012

DIRETOR DEL

Lauro Cypreste
Diretor do Departamento
Legislativo
Câmara Municipal de Vitória

Assessoria Jurídica
Para análise preliminar da matéria,
Em, 28 / 08 / 2012.

Secretária das Comissões

SAC - SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES

Jaqueline R. F. Freitas
Jaqueline R. F. Freitas

Câmara Municipal de Vitória-ES

Comissão de Justiça

Câmara Municipal de Vitória		
Processo	Folha	Rubrica
4768	04	mp

ANÁLISE PRELIMINAR DA MATÉRIA

AUTOS DO PROCESSO Nº 4768/2012

PROJETO DE LEI Nº 188/2012

RELATÓRIO

Em síntese, trata-se de Projeto de Lei, de autoria da Vereadora **NEUZINHA DE OLIVEIRA**, onde "assegura à pessoa com deficiência visual o direito de receber o carnê de IPTU confeccionado em braile".

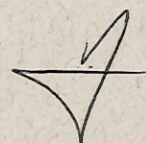
Os autos vieram a Assessoria Jurídica para emitir análise preliminar sobre a legalidade da matéria.

FUNDAMENTAÇÃO

Preceitua categoricamente, o artigo 30, I da Constituição Federal do Brasil.

Art. 30 - Compete aos Municípios:
I - legislar sobre assuntos de interesse local;
(...).

Pela simples leitura do dispositivo supracitado, observamos que os municípios também



Câmara Municipal de Vitória-ES

Câmara Municipal de Vitória		
Processo	Folha	Rubrica
4768	09	M

Comissão de Justiça

possuem competência para legislar sobre matéria urbanística local.

Pois, os interesses locais, são aqueles relacionados ao cotidiano da vida municipal, que dizem respeito diretamente aos municípios.

Quanto a regimentalidade, não há vício capaz de impedir seu prosseguimento, uma vez que o projeto de lei nº 188/2012, está em consonância com o art. 40, inciso I e II, do Regimento Interno desta Casa.

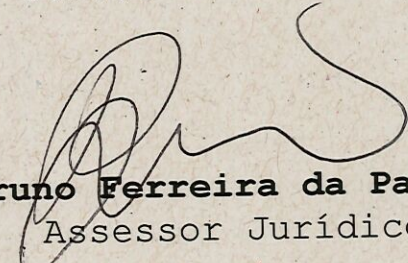
À vista disto, o presente projeto não fere ao ordenamento jurídico da União, do Estado e principalmente do município.

CONCLUSÃO

Sendo assim, mediante o exposto, não existindo vício de ilegalidade, de inconstitucionalidade ou contrário a Lei Orgânica ou ainda, contrário ao interesse público, opino favorável pela sua apreciação

É como entendo, S.M.J.

Em 05/09/2012.


Bruno Ferreira da Paixão
Assessor Jurídico



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Câmara Municipal de Vitória		
Processo	Folha	Rubrica
4768	06	M

COMISSÃO DE JUSTIÇA

Ao Sr Vereador Fabiano

Gaudini para relatar

Em 21 / 09 / 2012

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

FABRICIO
GANDINI
VEREADOR

Câmara Municipal de Vitória		
Processo	Folha	Rubrica
4768	07	M

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Lei: 188/2012

Processo: 4768/2012

Autor: Neuzinha de Oliveira

Ementa: "Assegura à pessoa com deficiência Visual o direito de receber o carnê de IPTU confeccionado em braile".

I - RELATÓRIO

De autoria da Vereadora Neuzinha de Oliveira, o projeto em epígrafe assegura à pessoa com deficiência Visual o direito de receber o carnê de IPTU confeccionado em braile.







Em atendimento ao disposto no artigo 188 do Regimento Interno desta Casa de Leis, a propositura esteve em pauta por três sessões ordinárias, no período de 21/08/2012 a 23/08/2012, sem receber emendas ou substitutivos, e foi recebida em nosso gabinete para emissão de parecer.

II - PARECER DO RELATOR

O referido projeto de lei tem por objetivo assegurar à pessoa com deficiência visual o direito de receber, sem custo adicional, o carnê de IPTU confeccionado em braile.

A Assessoria técnica da Câmara Municipal de Vitória, por solicitação do Presidente da Comissão de Justiça Vereador Ademar Rocha, emitiu parecer no sentido de que no projeto em análise não existem vícios de ilegalidade ou de inconstitucionalidade, e que o mesmo não configura-se contrário

Gabinete do Vereador Fabrício Gandini - Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1788
Bento Ferreira Vitória - ES. CEP: 29050-940 / Telefax.: 3334-4532

www.fabriciogandini.com.br  contato@fabriciogandini.com.br  on.fb.me/fabriciogandini  [fgandini](https://twitter.com/fgandini)  [informegandini](https://www.youtube.com/user/informegandini)  [gandini](https://plus.google.com/u/0/+gandini/fabriciogandini)  [Fabrício Gandini](https://plus.google.com/u/0/+gandini/fabriciogandini)

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

FABRÍCIO
GANDINI
VEREADOR

Câmara Municipal de Vitória		
Processo	Folha	Rubrica
1968	08	4

a Lei Orgânica, ou ainda, contrário ao interesse público, opinando de forma favorável a sua apreciação.

Diante da existência de análise técnica especializada quanto aos aspectos legais da proposição no sentido de que a mesma encontra-se de acordo com os ditames constitucionais e legais pertinentes à matéria e, em atendimento ao art. 40 da Resolução 1722/98, opinamos pela **CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE** do Projeto de Lei nº188/2012.

S.M.J.

É o parecer.

PALÁCIO ATÍLIO VIVACQUA, 18 DE OUTUBRO DE 2012.

Fabrício Gandini
Vereador - PPS
Comissão de Justiça - Relator

Comissão de

Aprovado o Parecer

Ào Depto. Legislativo para as devidas providências

Em, 08 / 11 / 2012

Presidente

Gabinete do Vereador Fabrício Gandini - Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1788
Bento Ferreira Vitória - ES. CEP: 29050-940 / Telefax.: 3334-4532

www.fabriciogandini.com.br contato@fabriciogandini.com.br [on.fb.me/fabriciogandini](https://www.facebook.com/fabriciogandini) [fgandini](https://www.youtube.com/user/fabriciogandini) [informegandini](https://www.instagram.com/fabriciogandini) [gandini](https://www.linkedin.com/company/fabriciogandini) [Fabricio Gandini](https://www.tiktok.com/@fabriciogandini)



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Câmara Municipal de Vitória		
Processo	Folha	Rubrica
4768	09	nf

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Comissão de Finanças

Ao Sr. Vereador Luizinho

Coutinho para relatar.

Em 19 / 11 / 2007

Presidente



Câmara Municipal de Vitória		
Processo	Folha	Rubrica
4768	10	14

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Comissão de Finanças, Economia, Orçamento,
Fiscalização, Controle e Tomada de Contas
Gabinete do Vereador Luisinho

Processo: 4768/2012.

Projeto de Lei n.º 188/2012.

Procedência: Vereadora Neuzinha de Oliveira.

Ementa: "Assegura à pessoa com deficiência visual o direito de receber o carnê do IPTU confeccionado em braile."

PARECER DA COMISSÃO - (ART. 88 DO RICMV)

I – RELATÓRIO:

Tratam os autos, em breve síntese, de projeto legislativo dispondo sobre a disponibilidade do carnê de IPTU em braile para as pessoas com deficiência visual.

II – PARECER DO RELATOR:

O projeto em apreço, como visto no relatório acima, objetiva criar condições para que os deficientes visuais passem a dispor da opção de receber o carnê de recolhimento do IPTU produzido em braile.

Trata-se de medida inclusiva, de responsabilidade do poder público, que por certo não vilipendia as finanças municipais, tampouco transborda a autorização legal de legislar sobre interesse local (CF, art. 30, I).

Noto, inclusive, que diversas casas legislativas ao longo do território nacional adotaram projetos semelhantes, algumas, inclusive, de forma ainda mais ousada, já que criadas legislações determinando que todos os documentos expedidos por aquelas municipalidades contem com versão em braile.

Dessa forma, até mesmo de modo a permitir a manifestação das demais instâncias, recomendo a aprovação da matéria.

Edifício Paulo Pereira Gomes, 21 de novembro de 2012.

Vereador Luisinho – PDT, Relator



Luis Carlos Coutinho
VEREADOR - PDT

Comissão de Finanças

Aprovado o Parecer

Ao Depto. Legislativo para as devidas providências

Em, 05 / 12 / 2012

Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Câmara Municipal de Vitória		
Processo	Folha	Rubrica
4262	11	4

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Comissão de Saúde

Ao Sr. Vereador Vinícios

Simões para relatar.

Em 11/03/2003

Menezes de P.
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Comissão de Saúde

Câmara Municipal de Vitória		
Processo	Folha	Rubrica
4768	12	N

PROCESSO: 4768/2012

PROJETO DE LEI Nº: 188/2012

AUTOR: Neuzinha de Oliveira.

EMENTA: "Assegura à pessoa com deficiência visual o direito de receber o carnê do IPTU confeccionado em braile."

I-RELATÓRIO

O Projeto de lei em comento tem como escopo permitir o acesso das pessoas com deficiência visual às informações constantes do boleto de IPTU.

Após protocolo nesta Casa Legislativa, em cumprimento à regular tramitação, este Projeto foi submetido à análise preliminar da Comissão de justiça e da Comissão de Constituição e Justiça, as quais entenderam por sua legalidade e constitucionalidade.

Assim, os autos vieram à análise desta Comissão de Saúde para emissão de parecer, é o que se passa a expor.

II-PARECER

A partir da análise do Projeto em questão, verifica-se que a medida é pertinente, porquanto se destina a garantir à acessibilidade das pessoas com deficiência visual, pessoas que, como todos os demais munícipes, como contribuintes que são, têm direito de acessar e conferir suas contas, fato este que se tornará possível com as guias de pagamento de IPTU em braile.

2

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Câmara Municipal de Vitória		
Processo	Folha	Rubrica
4268	13	M

Comissão de Saúde

Veja-se que a respeito da matéria, como medida em favor da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, o Decreto Federal de nº 5.296/2004, em seu artigo 5º, o qual prevê que os órgãos da administração pública direta, indireta deverão dispensar atendimento prioritário a essas pessoas. Estendendo-se a interpretação do referido dispositivo, é possível concluir que permitir o acesso ao boleto de IPTU com transcrição em braile é uma forma do Poder local priorizar esse atendimento.

Assim, tem-se que o projeto de autoria da Vereadora Neuzinha de Oliveira não possui vícios de inconstitucionalidade e ilegalidade, encontrando-se em consonância com a Lei Orgânica Municipal.

Nesse teor de idéias, em especial em razão do projeto em tela não afrontar a legislação aplicável, é que se entende **PELA APROVAÇÃO** deste Projeto de lei.

Palácio Atilio Vivacqua, 22 de março de 2013.

Vinicius Simões

Comissão de Saúde- Relator

Comissão de

Simões

Aprovado o Parecer

Ao Depto. Legislativo para as devidas providências

Em, 17 / 04 / 2013

Neuzinha de Oliveira
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Câmara Municipal de Vitória		
Processo	Folha	Rubrica
4268	14	1)

Ao Sr. (a):

Rita Ratti

Para providenciar a extração do avulso.

Em:

14/04/2013

Sr. Diretor, devidamente providenciado.

Em

18 / 04 / 2013

Rita Ratti

ASSINATURA



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
4708	15	R

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO
095/2013

PROCESSO	4768/2012
PROJETO DE LEI	188/2012
EMENTA	Assegura à pessoa com deficiência visual o direito de receber o carnê de IPTU confeccionado em braile.
INICIATIVA	NEUZINHA DE OLIVEIRA
PARECER	Comissão de Justiça – Pela Constitucionalidade Comissão de Finanças – Pela Aprovação Comissão de Saúde – Pela Aprovação



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	SOLTA	RUBRICA
4708	10	R

INCLUA-SE EM PAUTA DA ORDEM DO DIA


EM, 04/06/2013


PRESIDENTE


CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ENCERRADA A DISCUSSÃO ÚNICA - APROVADA VOTAÇÃO ÚNICA
AO DEL PARA EXTRAÇÃO DO AUTÓGRAFO


EM 04/06/2013


PRESIDENTE DA CMV

Ao Sr. (Sra.) 
Para extração do Autógrafo de Lei e
encaminhamento ao Executivo Municipal.

Em 05/06/2013


Diretor DEL

 **Lauro Cypreste**
Diretor do Departamento
Legislativo
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Sr. Diretor
Providenciado a extração do autógrafo
de Lei de que trata o presente processo
nesta data.

Em, 07/06/2013



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

188/12

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
1268	17	

BOLETIM DE VOTAÇÃO

410 **SESSÃO ORDINÁRIA**

DATA: 4 / 6 / 2013

VEREADOR	VOTAÇÃO		AUSENTE	OBSERVAÇÃO
	SIM	NÃO		
DAVI ESMAEL				Presidindo
DEVANIR FERREIRA	S			
FABRÍCIO GANDINI			X	Locustado
LUISINHO COUTINHO	S			
LUIZ EMANUEL	S			
LUIZ PAULO AMORIM	S			
MARCELÃO	S			
NAMY CHEQUER	S			
NEUZINHA DE OLIVEIRA	S			
REINALDO BOLÃO	S			
ROGERINHO	S			
SERJÃO	S			
VINÍCIUS SIMÕES			A	
WANDERSON MARINHO	S			
ZEZITO MAIO			A	

SECRETÁRIO: Neuzinha



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	DATA	RUBRICA
4768	08	AS

OF.PRE. AUT. Nº 124

Vitória, 05 de junho de 2013.

Assunto: **AUTÓGRAFO DE LEI**

Senhor Prefeito,

Em cumprimento ao que dispõe o Art. 83 da Lei Orgânica do Município de Vitória, encaminho a V. Exa. o **Autógrafo de Lei nº 9.779/2013**, referente ao **Projeto de Lei nº 188/2012**, de autoria da Vereadora **Neuzinha de Oliveira**, aprovado em Sessão realizada no dia 04 de junho de 2013.

Atenciosamente,

Davi Esmael Menezes de Almeida
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

Exmo. Sr.
Luciano Santos Rezende
Prefeito Municipal de Vitória
NESTA

Proc. Nº 4768/2012 - CMV
LC/Isa.

Processo: **3625688/2013** Prioridade: **EXPRESSA**
Data: 07/06/2013 Hora: 08:50
Requerente: VITORIA CAMARA MUNICIPAL
Assunto: AUTÓGRAFO DE LEI

Documento: OFICIO - 124/2013
Destino: **SECOP/SUB-RI**
Volume: 01/01





Câmara Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
4768	15	

AUTÓGRAFO DE LEI Nº 9.779

A Câmara Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, havendo APROVADO o Projeto de Lei nº 188/2012, envia-o ao Prefeito Municipal na forma do Art. 83 da Lei Orgânica.

Assegura à pessoa com deficiência visual ao direito de receber o carnê de IPTU confeccionado em braile.

Art. 1º. Fica assegurado à pessoa com deficiência visual o direito de receber, sem custo adicional, o carnê de IPTU (Imposto Territorial Urbano) confeccionado em braile.

Art. 2º. Para recebimento do carnê de IPTU (Imposto Territorial Urbano) confeccionado em braile a pessoa com deficiência visual, deverá solicitar ao Poder Executivo, apresentando cópia da carteira de identidade e CPF (Cadastro de Pessoa Física).

Art. 3º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações próprias, suplementadas se necessárias.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Atílio Vivácqua, 05 de junho de 2013.

Davi Esmael Menezes de Almeida
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

Neuza de Oliveira
1º SECRETÁRIO

José Francisco Maio Filho
2º SECRETÁRIO

Wanderson José da Silva Marinho
3º SECRETÁRIO



Câmara Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	NÚMERO	RESOLUÇÃO
4768	20	

St. Diretor

Encaminhado para expediente externo

O Voto total adotado ao

Autógrafo de Lei nº 9.779/13 em anexo.

Em, 27/06/2013

Eliminado
Assistente Administrativo
Mec: 307
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Lucena Filho

INCLUIDO NO EXPEDIENTE EXTERNO

Em, 02/07/2013

DIRETOR/DEL

Lauro Cypreste
Diretor do Departamento
Legislativo
Câmara Municipal de Vitória

AO DEL

Para providenciar os demais encaminhamentos
regimentais relativos ao presente processo.

Em, 02/07/2013

Presidente da Sessão

AO S.A.C. (SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES)
PARA ENCAMINHAR O PRESENTE PROCESSO
ÀS COMISSÕES ABAIXO

- 1) _____
- 2) _____
- 3) _____
- 4) _____

EM 05/07/2013

DIRETOR DEL

Lauro Cypreste
Diretor do Departamento
Legislativo
Câmara Municipal de Vitória

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

VEIO TOTAL

Processo: 0/2013 Documento: 675/2013

Data e Hora: 26/06/2013 09:37:04

Procedência: Prefeitura Municipal de Vitória

Encaminhando ofício 124/13 do autoógrafo de Lei nº 9.779/13, originário do Projeto de Lei 188/12 de autoria da vereadora Neuza de Oliveira.

GAB/867

Vitória, 25 de junho de 2013

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
4768	21	

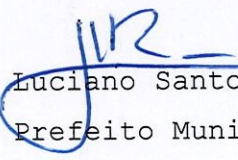
Senhor Presidente:

Encaminhado através do Ofício nº 124/13, dessa Presidência, cientifiquei-me do Autógrafo de Lei nº 9.779/13, originário do Projeto de Lei nº 188/12, de autoria da Vereadora Neuza de Oliveira, que assegura à pessoa com deficiência visual ao direito de receber o carnê de IPTU confeccionado em braile.

Em conformidade com o Parecer nº 649/13, da Procuradoria Geral do Município, veto a matéria em sua totalidade, usando da competência que me é delegada no Art. 113, inciso IV, e na forma do que dispõe o § 2º, do Art. 83, da Lei Orgânica do Município de Vitória.

Renovando meus protestos de consideração para com os postulantes dessa Egrégia Casa de Leis, espero o apoio para manutenção do veto apostado.

Atenciosamente,


Luciano Santos Rezende
Prefeito Municipal

Exmo.Sr.

Vereador Fabrício Gandini Aquino

Presidente da Câmara Municipal de Vitória

Nesta

Ref.Proc.3625688/13 - PMV

4768/12 - CMV

/ccmt



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

P.R.		04
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RECEBIDA
4768	22	

PARECER JURÍDICO Nº 649 -2013

Processo nº 3625688/2013

Requerente: Câmara Municipal de Vitória

Assunto: Autógrafo de Lei

À SECOP/GAB

Sr. Secretário,

RELATÓRIO

A SECOP solicita desta Procuradoria a análise jurídica do Autógrafo de Lei nº 9.779/2013, referente ao Projeto de Lei nº 188/2012, de autoria da vereadora Neuzinha de Oliveira aprovado em sessão realizada no dia 04 de junho de 2013, constante de fls. 02, cuja ementa é a seguinte: "Assegura à pessoa com deficiência visual ao direito de receber o carne de IPTU confeccionado em sistema braile".

É o breve relatório.


Alessandra Costa Ferreira Nunes
Subprocuradora Geral - OAB/ES 11483
Prefeitura de Vitória



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA	
PROCESSO	NUMERO
4768	23

FUNDAMENTAÇÃO e CONCLUSÃO

Inicialmente, cumpre registrar que a presente proposição legislativa é idêntica ao Projeto de Lei 355/2009 que tramitou perante esta Procuradoria em março de 2013 sob o nº 1178957/2013 o qual foi integralmente vetado.

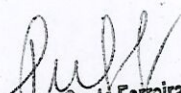
]Pretende o presente Autógrafo instituir a impressão do Carnê de IPTU no sistema Braille no âmbito do município de Vitória, versando sobre matéria de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo.

O art. 113 Incisos I e V alínea "a" da LOMV dispõe acerca da competência privativa do prefeito municipal exercer a direção superior da administração municipal, dispondo mediante decreto acerca da organização e funcionamento da administração municipal.

A Constituição Federal e a Constituição Estadual dispõe expressamente que compete privativamente ao chefe do poder executivo dispor sobre as atribuições das Secretarias e organização e funcionamento da administração.

Acerca da inconstitucionalidade contida no Autógrafo de Lei, vejamos a título ilustrativo os seguintes arestos:

"É indispensável a iniciativa do chefe do Poder Executivo (mediante projeto de lei ou mesmo, após a EC 32/2001, por meio de decreto) na elaboração de normas que de alguma forma remodelam as


Alessandra Costa Ferreira Nunes
Subprocuradora Geral - OAB/ES 11483
Prefeitura de Vitória



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

atribuições de órgão pertencente à estrutura administrativa de determinada unidade da Federação." (ADI 3.254, Rel. Min. Ellen Gracie, julgamento em 16-11-2005, Plenário, DJ de 2-12-2005.) (grifamos)

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	DATA	RECEBIDA
4768	24	

"Ação direta de inconstitucionalidade. Lei 6.835/2001 do Estado do Espírito Santo. Inclusão dos nomes de pessoas físicas e jurídicas inadimplentes no Serasa, Cadin e SPC. Atribuições da Secretaria de Estado da Fazenda. Iniciativa da Mesa da Assembleia Legislativa. Inconstitucionalidade formal. A Lei 6.835/2001, de iniciativa da Mesa da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, cria nova atribuição à Secretaria de Fazenda Estadual, órgão integrante do Poder Executivo daquele Estado. À luz do princípio da simetria, **são de iniciativa do chefe do Poder Executivo estadual as leis que versem sobre a organização administrativa do Estado, podendo a questão referente à organização e funcionamento da administração estadual, quando não importar aumento de despesa, ser regulamentada por meio de Decreto do chefe do Poder Executivo** (...). Inconstitucionalidade formal, por vício de iniciativa da lei ora atacada." (ADI 2.857, Rel. Min. Joaquim Barbosa, julgamento em 30-8-2007, Plenário, DJ de 30-11-2007.) (grifamos)

"Ação direta de inconstitucionalidade. Lei alagoana 6.153, de 11-5-2000, que cria o programa de leitura de jornais e periódicos em sala de aula, a ser cumprido pelas escolas da rede oficial e particular do Estado de Alagoas. **Iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo estadual para legislar sobre organização administrativa no âmbito do Estado.** Lei de iniciativa parlamentar que afronta o art. 61, § 1º, II, e, da CF, ao alterar a atribuição da Secretaria de Educação do Estado de Alagoas. Princípio da simetria federativa de competências. Iniciativa louvável do legislador alagoano que não retira o vício formal de iniciativa legislativa." (ADI 2.329, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgamento em 14-4-2010, Plenário, DJE de 25-6-2010.) (grifamos)

"Lei do Estado de São Paulo. Criação de Conselho Estadual de Controle e Fiscalização do Sangue (COFISAN), órgão auxiliar da Secretaria de Estado da Saúde. Lei de iniciativa parlamentar. **Vício de iniciativa. Inconstitucionalidade reconhecida.** Projeto de lei que visa a criação e estruturação de órgão da administração pública: iniciativa do chefe do Poder Executivo (art. 61, § 1º, II, e, CF/1988). Princípio da simetria." (ADI 1.275, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, julgamento em 16-5-2007, Plenário, DJ de 8-6-2007.) **No mesmo sentido:** ADI 3.179, Rel. Min. Cezar Peluso, julgamento em 27-5-2010, Plenário, DJE de 10-9-2010; ADI 2.730, Rel. Cármen Lúcia, julgamento em 5-5-2010, Plenário, DJE de 28-5-2010. (grifamos)

"TIPO DE PROCESSO: Ação Direta de Inconstitucionalidade

NÚMERO: 70000063164

RELATOR: Sérgio Pilla da Silva

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI N. 221/99 DO MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO. DISCIPLINA RELATIVA AOS BINGOS EM FUNCIONAMENTO NO MUNICÍPIO, COM ATRIBUIÇÃO DE ENCARGOS DE FISCALIZAÇÃO A SECRETARIA

Alessandra Costa Ferreira Nunes
Subprocuradora Geral - OAB/ES 11483
Prefeitura de Vitória



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

MUNICIPAL DA FAZENDA. **LEI GESTADA E PROMULGADA NO SEIO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL, COM INVASÃO DA COMPETÊNCIA RESERVADA A INICIATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO.**

PROCEDENCIA DA AÇÃO. (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70000063164, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Sérgio Pilla da Silva, Julgado em 06/12/1999)

TRIBUNAL: Tribunal de Justiça do RS

DATA DE JULGAMENTO: 06/12/1999" (Grifamos).

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	INDICA	RELAÇÃO
4768	25	07

"TIPO DE PROCESSO: Ação Direta de Inconstitucionalidade

NÚMERO: 70007256506

RELATOR: Araken de Assis

EMENTA: CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA. LEI MUNICIPAL. **ATRIBUIÇÃO DE SECRETARIAS E ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. VÍCIO DE INICIATIVA.** 1. É inconstitucional a Lei 1.852/03, do Município de Butiá, que dispõe sobre a realização de feiras eventuais de vendas de produtos e serviços no município, na medida que, ao **criar atribuições às Secretarias e Órgãos da Administração Municipal, usurpou matéria reservada à iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo** (CE/89, art. 60, II, "d"). 2. **AÇÃO DIRETA JULGADA PROCEDENTE.** (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70007256506, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Araken de Assis, Julgado em 05/04/2004)

TRIBUNAL: Tribunal de Justiça do RS

DATA DE JULGAMENTO: 05/04/2004

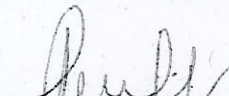
ÓRGÃO JULGADOR: Tribunal Pleno

COMARCA DE ORIGEM: Porto Alegre" (Grifamos)

Sobre tal espécie de inconstitucionalidade, releva trazer à colação o ensinamento do Prof. José Joaquim Gomes Canotilho, assim posto:

"A desconformidade dos atos normativos com o parâmetro constitucional dá origem ao vício de inconstitucionalidade. Esse vício será formal quando incidir sobre o *ato normativo enquanto tal*, independentemente do seu conteúdo e tendo em conta apenas a forma de sua exteriorização. Na hipótese de *inconstitucionalidade formal*, viciado é o *ato*, nos seus pressupostos, no seu procedimento de formação, na sua forma final. Os vícios formais são, conseqüentemente, *vícios do ato*, enquanto os vícios materiais são *vícios das disposições*, constantes do ato. Daqui se conclui que, havendo um vício formal, em regra fica afetado o texto em sua integralidade, pois o ato é considerado formalmente como uma unidade" (*in Direito Constitucional*, 5ª edição - Coimbra: Almedina, 1992, p. 1024).

Atentamos, ainda, para o fato de que a implementação do projeto de Lei implica em aumento de despesa, sem, no entanto, ter sido observado o


Alessandra Costa Ferreira Nunes
Subprocuradora Geral - OAB/ES 11483
Prefeitura de Vitória



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

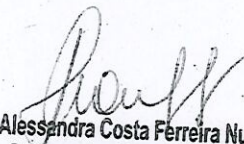
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial, os artigos 15 e 16 (Lei Complementar nº 101/2000).

Sobre a inconstitucionalidade da proposta legislativa quando ausente indicação da fonte de custeio para fazer frente à nova despesa, os Tribunais têm se manifestado da seguinte forma:

INCONSTITUCIONALIDADE. AÇÃO DIRETA. LEI N. 7.024/08, DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, QUE VEDA O LANÇAMENTO DE ÓLEO VEGETAL NA REDE DE ESGOTO. COMPETÊNCIA MUNICIPAL PARA LEGISLAR SOBRE MEIO AMBIENTE QUE NÃO ESTÁ EM DISCUSSÃO. PROJETO APROVADO QUE, TODAVIA, FOI APRESENTADO POR VEREADOR. Vício de iniciativa que se reconhece eis que apenas o prefeito poderia cuidar desse tema, típico ato de administração. Ausência, ademais, da indicação da fonte de custeio para fazer frente à nova despesa. Ofensa aos artigos 50, 47, II, XI e XIV, 25 e 176, I, da Constituição do Estado de São Paulo. Ação procedente. (TJSP; ADI 990.10.034081-6; Ac. 4694194; São Paulo; Órgão Especial; Rel. Des. Corrêa Vianna; Julg. 25/08/2010; DJESP 29/09/2010)

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI Nº 7.187, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2008, DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, DE INICIATIVA PARLAMENTAR, QUE DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA OBESIDADE. VÍCIO DE INICIATIVA CARACTERIZADO. MATÉRIA RESERVADA AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 61, § 10, INCISO II, LETRA "B", DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, APLICÁVEL AOS MUNICÍPIOS POR FORÇA DO ARTIGO 144 DA CONSTITUIÇÃO PAULISTA. USURPAÇÃO DE FUNÇÕES. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES CONSAGRADO NO ARTIGO 50 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. CRIAÇÃO DE DESPESA PÚBLICA SEM INDICAÇÃO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS. INADMISSIBILIDADE. Violação do disposto no artigo 25 da Constituição do Estado de São Paulo, bem como do artigo 63, inciso I, o qual não admite aumento de despesa pública quando a iniciativa do projeto de Lei for reservada ao Chefe do Poder Executivo. Precedentes do Supremo Tribunal Federal a respeito do tema. (TJSP; ADI 990.10.005473-2; Ac. 4610954; São Paulo; Órgão Especial; Rel. Des. José Reynaldo; Julg. 14/07/2010; DJESP 18/08/2010)


Alessandra Costa Ferreira Nunes
Subprocuradora Geral - OAB/ES 11483
Prefeitura de Vitória



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA	
PROCURADORIA GERAL	DATA
4768	27

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

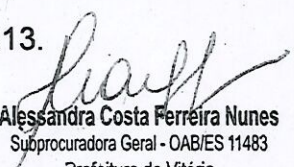
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei nº 4.941, de 04/7/2008, do Município de Botucatu -Vício de iniciativa. Caracterização. Usurpação de atribuições pertinentes a atividades próprias do Poder Executivo. Violação do princípio da independência e harmonia entre os poderes. Afronta aos arts 5º caput, e 47, inciso II, da Constituição Estadual. Sanção e promulgação pelo Prefeito. Fato que não supre o vício de iniciativa. Inobservância dos princípios orçamentários constitucionais. Criação de despesa pública sem indicação dos recursos disponíveis para atendê-la. Inconstitucionalidade declarada. Ação procedente. (TJSP; ADI 994.08.013195-4; Ac. 4599953; São Paulo; Órgão Especial; Rel. Des. Souza Lima; Julg. 16/06/2010; DJESP 11/08/2010)

A proposta de lei por versar sobre o funcionamento da administração municipal e por conseguinte estabelecer obrigações à Secretaria Municipal de Administração não pode ser originada no Poder Legislativo, por constituir atribuição exclusiva do Chefe do Executivo. Com a invasão de competência o ato normativo apresenta vício de inconstitucionalidade formal, sendo certo ainda que o mesmo desobedece o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ante o exposto, consideramos o Autógrafo de Lei inconstitucional ante o vício de iniciativa e por desobedecer a Lei de Responsabilidade Fiscal. Dessa forma, opinamos pelo veto total com fulcro no art. 83, § 2º, da LOMV.

É o parecer.

Vitória-ES, 18 de junho de 2013.


Alessandra Costa Ferreira Nunes
Subprocuradora Geral - OAB/ES 11483
Prefeitura de Vitória

p/ FREDERICO M. F. DE PAIVA BRITTO

Procurador Geral

OAB-ES nº 8.899



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Câmara Municipal de Vitória		
Processo	Folha	Rubrica
4768	28	A

COMISSÃO DE JUSTIÇA

Ao Sr Vereador.....*Davi Esmele*.....

17.07.....para relatar

Em *17 / 07 / 2013*.

[Signature]
Presidente

Câmara Municipal de Vitória		
Processo	Assunto	Rubrica
4768	29	A



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Comissão de Justiça

Aprovado o Parecer

Ao Depto. Legislativo para as devidas providências

Em, 06 / 08 / 2013

Presidente

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROCESSO Nº. 4768 de 2012

Autor: Vereadora Neuza de Oliveira

Relator: Vereador Davi Esmael

I – RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei de autoria da Vereadora Neuza de Oliveira que assegura à pessoa com deficiência visual o direito de receber o carnê de IPTU confeccionado em braile.

A justificativa se dá em razão da dependência de uma pessoa portadora de deficiência visual tem quando precisa fazer a leitura do talão de IPTU, que torna um atraso nos direitos destes cidadãos.

A matéria foi aprovada em plenário à unanimidade na data de 04 de junho de 2013, todavia recebeu veto total por parte do prefeito Luciano Rezende sob a argumentação de que há, no artigo 113, Incisos I e V, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, que compete privativamente ao Prefeito Municipal exercer a direção superior da administração municipal, dispondo mediante decreto acerca da organização e funcionamento da administração municipal.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O veto aposto pelo Exmo. Senhor Prefeito Municipal, ao Projeto de Lei nº 188/2012, SMJ, é inconsistente e não está correto sob o ponto de vista legal. Há um descompasso entre o veto e a fundamentação jurídica apresentada.

O projeto tem por objetivo garantir que os portadores de deficiência visual possam receber e ter a capacidade de identificar os valores da conta do IPTU, o que dificulta ações que possam ludibriar o deficiente. Assim sendo, o interesse público está demonstrado.

Espero dos demais pares apoio para a **REJEIÇÃO DO VETO** aposto.

Palácio Atílio Vivácqua, 23 de julho de 2013.

Vereador Davi Esmael – PSB

Entre em contato com o Vereador Davi Esmael

facebook.com/daviesmael
twitter.com/daviesmael

davi@esmael.com.br
www.daviesmael.com.br



Vereador
Davi Esmael
Deus é a nossa força.

Gabinete do Vereador Davi Esmael
Câmara Municipal de Vitória
Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, 1778, Bento Ferreira
Vitória - ES | CEP 29.050-625 | 27 3334.4518



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Câmara Municipal de Vitória		
Processo	Folha	Rubrica
4268	30	A

Ao Sr. (a): Rita Pratti
Para providenciar a extração do avulso.

Em: 07 / 08 / 2013


 **Jacqueline Rocha F. Freitas**
Secretária das Comissões Permanentes

Sr. Diretor, devidamente providenciado.

Em 09 / 08 / 13

Franciene Souza
ASSINATURA



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4768	31	FSSouza

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO
273/2013

PROCESSO	4768/2012
PROJETO DE LEI	188/2012
EMENTA	"Assegura à pessoa com deficiência Visual o direito de receber o carnê de IPTU confeccionado em braile".
INICIATIVA	Neuzinha de Oliveira
PARECER	Comissão de Justiça – Pela Rejeição do Veto



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4768	32	FSSouza

INCLUI-SE EM PAUTA DA ORDEM DO DIA

EM, 06 / 11 / 2013

PRESIDENTE

Rejeitado o veto total por 09 x 05 votos
Encontrando-se ao Del. Povo Comunicações
ao Executivo.

PRESIDENTE

Em, 06/11/13

Flavia / Kaulene

AO SR. (SRA.)
PARA COMUNICAR POR OFÍCIO AO EXECUTIVO A
REJEIÇÃO TOTAL DO VETO AO PROJETO DE
LEI QUE TRATA O PRESENTE PROCESSO.

EM 07 / 11 / 2013


DIRETOR DEL

Lauro Cypreste
Diretor do Departamento
Legislativo
Câmara Municipal de Vitória

Dr. Diretor, devidamente ponderado
em 07/11/13

[Signature] 08/11/13

Matéria : Veto Total ao Projeto de Lei nº 188/2012
Autoria : Neuza de Oliveira

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
1328	33	

Reunião : 87ª Sessão Ordinária
Data : 06/11/2013 - 18:46:09 às 18:46:47
Tipo : Secreta
Turno : Ata
Quorum :
Condição : votos Sim
Total de Presentes : 14 Parlamentares

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
17	Davi Esmael	PSB	Secreto	18:46:25
22	Devanir Ferreira	PRB	Secreto	18:46:14
7	Fabício Gandini	PPS	Secreto	18:46:14
8	Luisinho	PDT	Secreto	18:46:14
18	Luiz Emanuel	PSDB	Secreto	18:46:12
24	Luiz Paulo Amorim	PSB	Secreto	18:46:39
19	Marcelão	PT	Secreto	18:46:17
10	Namy Chequer	PC do B	Secreto	18:46:21
11	Neuza de Oliveira	PSDB	Secreto	18:46:17
12	Reinaldo Bolão	PT	Secreto	18:46:14
23	Rogerinho	PHS	Secreto	18:46:20
13	Sérgio Magalhães	PSB	Não Votou	
21	Vinicius Simões	PPS	Secreto	18:46:24
20	Wanderson Marinho	PRP	Secreto	18:46:15
15	Zezito Maio	PMDB	Secreto	18:46:13

Totais da Votação :

SIM
5

NÃO
9

TOTAL
14



PRESIDENTE



SECRETÁRIO



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4768	39	

OF.PRE.VT. Nº 0182

Vitória, 07 de novembro de 2013.

Assunto: **Comunicação.**

Senhor Prefeito,

Comunico que a Câmara, em sessão realizada no dia 06 de novembro do corrente exercício, **rejeitou o veto total** aposto por V.Exa. ao **Projeto de Lei nº 188/2012**, de autoria da Vereadora **Neuzinha de Oliveira**, referente ao **Autógrafo de Lei nº 9.779/2013**.

Atenciosamente,

Fabício Gandine Aquino
PRESIDENTE

Exmo. Sr.
Luciano Santos Rezende
Prefeito Municipal de Vitória
NESTA

Proc. nº 4768/2012 - CMV
Proc. nº 3625688/2013 - PMV
LC/Isa.

Protocolado: **20714/2013** **JUNTADA**
Data: 08/11/2013 Hora: 08:27
Requerente: VITORIA CAMARA MUNICIPAL
Órgão Destino: **SEMAD/GAL/CPA/EPG**
Assunto: REJEITOU O VETO TOTAL
Documento: OFICIO
Número Documento: 182/2013



Obs: Max.5 andamentos. Prazo de arquivo 2 anos, após eliminar.



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
4768	35	Fssang

A Funcionaria Luseilene/Regina
Para providenciar a extração da Lei a ser promulgada,
e encaminhar a Controladoria da casa para publicação.

Em, 05/12/2013

Lauro Cypreste
Diretor do Departamento
Legislativo
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Sr. Diretor, devidamente providenciado.

Em anexo.

Em, 16/12/2013

REGA

ASSINATURA

Regina Célia de Aguiar
Funcionária

ARQUIVE-SE
Em, 03/01/2014
Câmara Municipal de Vitória



Câmara Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Assinatura
4768	36	

LEI Nº 8.575

O Presidente da Câmara Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, nos termos do § 7º do Art. 83 da Lei Orgânica do Município de Vitória, promulga a seguinte Lei:

Assegura à pessoa com deficiência visual o direito de receber o carnê de IPTU confeccionado em braile.

Art. 1º. Fica assegurado à pessoa com deficiência visual o direito de receber, sem custo adicional, o carnê de IPTU (Imposto Territorial Urbano) confeccionado em braile.

Art. 2º. Para recebimento do carnê de IPTU (Imposto Territorial Urbano) confeccionado em braile a pessoa com deficiência visual, deverá solicitar ao Poder Executivo, apresentando cópia da carteira de identidade e CPF (Cadastro de Pessoa Física).

Art. 3º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessárias.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Atílio Vivácqua, 09 de dezembro de 2013.

Fabrício Gandine Aquino
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Página
4768	37	168

LEI Nº 8.575

O Presidente da Câmara Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, nos termos do § 7º do Art. 83 da Lei Orgânica do Município de Vitória, promulga a seguinte Lei:

Assegura à pessoa com deficiência visual o direito de receber o carnê de IPTU confeccionado em braile.

Art. 1º. Fica assegurado à pessoa com deficiência visual o direito de receber, sem custo adicional, o carnê de IPTU (Imposto Territorial Urbano) confeccionado em braile.

Art. 2º. Para recebimento do carnê de IPTU (Imposto Territorial Urbano) confeccionado em braile a pessoa com deficiência visual, deverá solicitar ao Poder Executivo, apresentando cópia da carteira de identidade e CPF (Cadastro de Pessoa Física).

Art. 3º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessárias.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio Attílio Vivácqua, 09 de dezembro de 2013.

Fabício Gandine Aquino
PRESIDENTE



DIÁRIO OFICIAL LEGISLATIVO MUNICIPAL

Câmara Municipal de Vitória

Vitória (ES), Segunda-feira, 16 de dezembro de 2013

www.cmv.es.gov.br/diario

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Assinatura
4768	38	AG

I-.....

II-.....

III-.....

IV-.....

V-.....

VI-.....

VII-.....

VIII - um representante da Câmara Municipal de Vitória."(NR)

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Atílio Vivácqua, 06 de dezembro de 2013.

Fabício Gandine Aquino

PRESIDENTE DA CÂMARA

LEI Nº 8.575

O Presidente da Câmara Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, nos termos do § 7º do Art. 83 da Lei Orgânica do Município de Vitória, promulga a seguinte Lei:

Assegura à pessoa com deficiência visual o direito de receber o carnê de IPTU confeccionado em braile.

Art. 1º. Fica assegurado à pessoa com deficiência visual o direito de receber, sem custo adicional, o carnê de IPTU (Imposto Territorial Urbano) confeccionado em braile.

Art. 2º. Para recebimento do carnê de IPTU (Imposto Territorial Urbano) confeccionado em braile a pessoa com deficiência visual, deverá solicitar ao Poder Executivo, apresentando cópia da carteira de identidade e CPF (Cadastro de Pessoa Física).

Art. 3º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessárias.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Atílio Vivácqua, 09 de dezembro de 2013.

Fabício Gandine Aquino

PRESIDENTE

LEI Nº 8.576

O Presidente da Câmara Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, nos termos do § 7º do

Art. 83 da Lei Orgânica do Município de Vitória, promulga a seguinte Lei:

Regulamenta a atividade de transporte de pequenas cargas denominado Motofrete no âmbito do Município de Vitória e dá outras providências.

Art. 1º. O serviço de entrega e coleta de pequenas cargas por meio de motocicletas nos Municípios do Estado do Espírito Santo, denominado Motofrete e Motoboy, a que se refere o artigo 1º da Lei Federal nº 12.009, de 29 de julho de 2009, poderá ser executado mediante prévia e expressa autorização das Prefeituras, nos termos da presente Lei.

Art. 2º. O serviço poderá ser prestado por condutor autônomo, ou por pessoa jurídica, constituída sob a forma de sociedade empresária, associação ou cooperativa, que explore esse serviço, por meio de frota própria ou de terceiros, desde que tenha licença para operação do serviço e conte com condutores devidamente cadastrados na Prefeitura Municipal de Vitória.

DAS DEFINIÇÕES

Art. 3º. Para os efeitos desta Lei, denomina-se:

I - autorização - ato pelo qual a Secretaria Municipal de Transportes autorizará a terceiros a execução do serviço de entrega e coleta de pequenas cargas em motocicletas, nos termos e condições estabelecidos nesta Lei;

II - condutor - motociclista inscrito no Cadastro Municipal de Condutores;

III - pessoa jurídica - sociedade empresária, associação ou cooperativa;

IV - termo de credenciamento - documento expedido para a sociedade empresária, associação ou cooperativa, que autorize a exploração do serviço de Motofrete e Motoboy após cumprimento das exigências e condições estabelecidas nesta Lei;

V - condumoto - documento concedido ao condutor inscrito no Cadastro Municipal de Condutores;

VI - licença para operação de serviço - documento expedido em relação às motocicletas utilizadas por condutores autônomos ou pelas pessoas jurídicas após aprovação em vistoria e cumprimento das demais exigências desta Lei;

VII - motofrete - modalidade de transporte remunerado de pequenas cargas ou volumes em motocicleta, com equipamento adequado para acondicionamento de carga, nela instalado para esse fim;